

ALGUMAS CARACTERÍSTICAS CENTRAIS DA MORFOLOGIA DISTRIBUÍDA¹

Morris Halle²

Alec Marantz³

Todas as teorias de morfologia reconhecem a existência de conexões entre, de um lado, traços semânticos, sintáticos e morfológicos e, de outro, traços fonológicos. Na Morfologia Distribuída, essas conexões são implementadas em termos de unidades – ou átomos – às quais é atribuída a estrutura mostrada em (1).

(1) Unidade básica na Morfologia Distribuída

O Item de Vocabulário:

$$\left\{ \begin{array}{l} \text{traços semânticos} \\ \text{traços sintáticos} \\ \text{traços morfológicos} \end{array} \right\} \leftrightarrow \text{traços fonológicos}$$

Nós chamamos as unidades em (1) de “Itens de Vocabulário” (IV). Suas contrapartes, em algumas teorias, são chamadas de “morfemas” ou de “entradas lexicais”, ao passo que, em outras, as contrapartes dos nossos IVs podem ser regras morfofonológicas, regras de realização etc.

Três propriedades dos IVs, tomadas em conjunto, distinguem a teoria da Morfologia Distribuída de outras abordagens, quais sejam: (i) inserção tardia, (ii) subespecificação, (iii) estrutura sintática hierárquica por toda a derivação. Outras teorias podem adotar uma ou outra dessas propriedades, mas nenhuma delas endossa todas as três.

- (i) *Inserção tardia*: os nós terminais que são organizados nas estruturas hierárquicas convencionais pelos princípios e pelas operações da sintaxe são complexos de traços sintáticos e semânticos que carecem sistematicamente de todos os traços fonológicos. Os traços fonológicos são fornecidos, depois da sintaxe, pela inserção dos IVs nos nós terminais. A inserção de Vocabulário adiciona traços fonológicos aos nós terminais, mas não aumenta o número de traços sintáticos/semânticos que os compõem.

Vale a pena notar que, no processo de inserção de Vocabulário, os traços sintáticos, semânticos e morfológicos, exibidos à esquerda em (1), funcionam como índices que *identificam* o Item cujos traços fonológicos são inseridos no nó terminal apropriado.

A inserção tardia contrasta com a “inserção prévia” de outras teorias, nas quais as entradas lexicais se combinam (por exemplo, no léxico) e contribuem com seus traços aos traços das palavras que, então, se combinam na sintaxe. Em tais teorias, os traços sintáticos/semânticos dos nós terminais são os das entradas lexicais; os nós terminais não têm traços independentes dos itens lexicais.

¹ Tradução do artigo *Some key features on Distributed Morphology* em MIT Working Papers in Linguistics (p. 275-288), em 1994. Tradução de Maurício Resende (E-mail: mauricio_resende@hotmail.com) e Beatriz Pires Santana (E-mail: beatrizpiressantana@gmail.com).

² *In memoriam*.

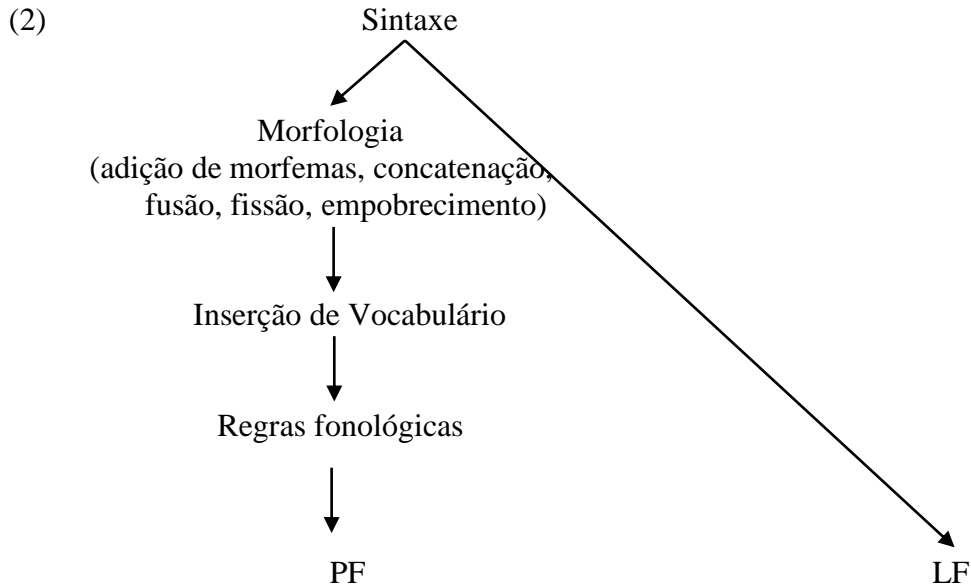
³ Departamento de Linguística, New York University, EUA. /E-mail: marantz@nyu.edu.

- (ii) *Subespecificação*: para que um IV seja inserido em um nó terminal, os traços que o identificam devem consistir de um subconjunto dos traços do nó terminal. A inserção não pode ocorrer caso o Item contenha traços que não aparecem no nó. Não precisa haver correspondência completa entre o Item e todos os traços especificados no nó; pelo contrário, os IVs são caracteristicamente subespecificados no que diz respeito aos traços dos nós em que eles são inseridos. Portanto, não é incomum que vários IVs estejam disponíveis para inserção em um dado nó terminal. O IV mais altamente especificado, cujos traços são um subconjunto dos traços do nó terminal, vence a competição e é inserido.

A subespecificação contrasta com a “especificação plena” de outras teorias, no sentido de que, nesta, as entradas lexicais carregam todos os traços necessários para suprir plenamente a estrutura de traços de uma palavra complexa. Em tais teorias, as entradas lexicais não competem pela inserção, mas são inseridas livremente, sujeitas a satisfazerem as restrições de seus quadros de subcategorização, níveis de ordenamento etc.

- (iii) *Estrutura sintática hierárquica por toda a derivação*: os nós terminais em que os IVs são inseridos são organizados em estruturas hierárquicas determinadas pelos princípios e pelas operações da sintaxe. Como indicado em (2), em que a arquitetura da gramática que nós endossamos é ilustrada, as estruturas hierárquicas advindas da sintaxe podem ser modificadas posteriormente em PF por operações morfológicas, mas essas operações são restringidas por condições de localidade sintática estrita, que requerem que os constituintes em interação estejam em uma relação de regência entre si ou estejam estruturalmente adjacentes. Essas modificações incluem movimento de núcleo (BAKER, 1985) e concatenação sob adjacência (MARANTZ, 1988) – operações que constroem palavras na sintaxe. Adicionalmente, como descrito em Halle & Marantz (1993), as operações morfológicas podem fundir os traços de vários nós, fissionar os traços de um dado nó e adicionar ou apagar traços individuais ou complexos de traços. Em virtude de essas operações serem estritamente locais e respeitarem princípios sintáticos hierárquicos, a estrutura hierárquica em que os IVs são inseridos pode desviar apenas até certo ponto daquela que é motivada sintaticamente.

Esse tratamento puramente sintático para a formação de palavras contrasta com outras abordagens, em que a estrutura hierárquica (aparente) das palavras é completamente extrassintática ou em que essa estrutura resulta de mecanismos como a operação de blocos de regras morfofonológicas, os templates morfológicos, os níveis de ordenamento no léxico, os quadros de subcategorização etc.



A inserção de Vocabulário é uma etapa essencial na realização fonológica de uma sentença, e seu alocamento é crucial na gramática em (2). Esse alocamento da inserção de Vocabulário instancia o que foi chamado de “separação” por Robert Beard. Na abordagem de Beard – assim como em (2) – a realização fonológica de uma sentença está dissociada dos princípios que determinam as estruturas hierárquicas básicas dos traços semânticos, sintáticos e morfológicos na sentença.

Como notado anteriormente, para os propósitos da inserção de Vocabulário, os traços sintáticos e semânticos de um IV funcionam puramente como índices de identificação que permitem inserir o Item em um nó terminal particular. Uma vez que esse propósito pode ser atingido sem que o IV contenha todos os traços presentes em um nó terminal em que o Item pode ser inserido, os IVs são normalmente subespecificados. Assim, já que um dado IV pode carregar um número inferior de traços em relação ao número necessário para a sintaxe e para LF, sua inserção deve ser posterior à seleção dos complexos de traços na sintaxe. Dessa forma, a subespecificação torna a inserção tardia – a separação – necessária, porque os traços que são requeridos na sintaxe e/ou em LF podem ser deixados subespecificados em um dado IV.

Como uma alternativa para a inserção tardia, foi sugerido que entradas lexicais intrinsecamente subespecificadas competem *no léxico* pelo preenchimento das estruturas paradigmáticas. Ao se distribuírem por células do paradigma que representam diferentes conjuntos completos de traços sintáticos e semânticos, as entradas subespecificadas assumem a habilidade de carregar vários conjuntos completos de traços. Nesse sentido, a competição para encontrar o IV mais altamente especificado para a inserção sob um dado nó terminal, na Morfologia Distribuída, pode ser traduzida em uma competição para encontrar a entrada lexical mais altamente especificada para preencher uma dada posição no paradigma – cf. Pinker (1984) para uma discussão sobre aquisição de morfologia que emprega paradigmas, em uma perspectiva semelhante. Nós mostraremos a seguir que a morfologia não pode ser paradigmática no sentido necessário para dar conta dessa competição.

No processo de modificação da estrutura sintática de uma sentença na morfologia antes da inserção de Vocabulário, a composição de traços de um nó particular pode ser *empobrecida*, por meio do apagamento de um ou mais traços. Vale a pena lembrar que, para um Item ser inserido em um nó, os traços que o identificam devem ser um subconjunto dos traços especificados naquele nó; portanto, uma consequência do

apagamento de traços de um nó é que os IVs especificados para os traços apagados são retirados da competição pela inserção naquele nó.

Para ilustrar o empobrecimento, considere os dois Itens de Vocabulário da categoria X em (3a). Eles competem pela inserção em um nó da categoria X em (3b), e o Item de Vocabulário A vence a competição, porque contém um subconjunto maior dos traços do nó X do que o Item de Vocabulário B. Adicionalmente, nós postulamos que a língua está sujeita ao empobrecimento por meio da regra em (3c), que apaga T_2 em um nó da categoria X caso ele seja seguido por um nó da categoria Y. Os efeitos da regra em (3c) são ilustrados em (3d). Note que o empobrecimento altera o resultado da competição. Uma vez que T_2 foi apagado, o Item de Vocabulário A não pode mais ser inserido no nó X que contém os traços T_1 , T_2 e T_3 da forma como é inserido em (3b), e o Item B, que é mais geral e menos restringido, será inserido para expressar o complexo de traços T_1 , T_2 e T_3 sob X, que é operante na sintaxe. Nós caracterizamos o cenário resultante do empobrecimento como *recuo para o caso geral*, já que um IV mais altamente especificado perde a competição para um Item que é menos especificado – mais geral. No nosso exemplo, o Item mais altamente especificado A perde a competição para o Item mais geral B quando o traço T_2 é empobrecido em um nó X diante de um nó Y.

(3) (a) Categoria X:

Item de Vocabulário A: $[T_1, T_2] \leftrightarrow F_A$

Item de Vocabulário B: $[T_1] \leftrightarrow F_B$

(b) X
|
[T_1, T_2, T_3]

(c) $T_2 \rightarrow \emptyset$ / $\left(\begin{array}{c} X \\ | \\ [_] \end{array} \quad Y \right)$

(d) X Y
|
[$T_1, \cancel{T_2}, T_3$]

O empobrecimento oferece evidência contra a inserção prévia. Nas teorias de inserção prévia, as entradas lexicais fornecem os traços sintáticos/semânticos das palavras que são necessários para criar os constituintes que operam na sintaxe e em LF. Diferentemente dos IVs na Morfologia Distribuída, as entradas lexicais das teorias de inserção prévia não competem umas com as outras pela inserção. Se uma entrada com determinados traços for impedida de aparecer em uma posição particular, esse impedimento não disponibiliza aquela posição para que outra entrada lexical forneça os traços da entrada bloqueada a uma possível palavra. Então, nos casos de empobrecimento, as teorias de inserção prévia não podem correlacionar os três fatos que caracterizam o “recuo para o caso geral”. No esquema em (3), esses fatos são: (i) o Item de Vocabulário A é impedido de aparecer sob a categoria X no contexto em que precede a categoria Y; (ii) é nesse mesmo contexto que o Item de Vocabulário B, que normalmente não expressa os traços T_2 e T_3 , é inserido em um nó da categoria X, que carrega esses traços; (iii) em todos os outros casos, o Item de Vocabulário B é o Item menos marcado – o Item default

– da categoria X. A correlação desses três fatos (difícilmente relacionáveis sob outra perspectiva) é prontamente explicada pela forma recém-delineada. Depois que a ocorrência de um afixo em um ambiente particular for bloqueada pelo empobrecimento de um dos traços que o identificam, tal afixo é automaticamente substituído pelo afixo “default”, ou seja, por aquele cujas restrições contextuais sobre a inserção são menos severas. Teorias que não têm inserção tardia e subespecificação não podem explicar as correlações recém-observadas.

Nós ilustramos o papel que a subespecificação e o empobrecimento desempenham por meio de uma breve análise de alguns aspectos do comportamento dos clíticos pronominais do espanhol, assumindo, com algumas divergências, Harris (1995) que, por sua vez, se vale de trabalhos anteriores de Eulália Bonet. O quadro em (4) representa os diferentes clíticos pronominais da língua em termos das categorias morfológicas que eles representam. As formas em (4) são do espanhol peninsular (REFL em (4) equivale a “reflexivo”). Muitos dialetos latino-americanos diferem de (4) somente na ausência sistemática de formas de 2ª pessoa do plural; esses dialetos serão discutidos mais adiante.

(4)

		3ª Pessoa		2ª Pessoa	1ª Pessoa
		MASC	FEM	MASC / FEM	MASC / FEM
ACC	SG	l-o	l-a	t-e	m-e
	PL	l-o-s	l-a-s	o-s	n-o-s
DAT	SG	l-e		t-e	m-e
	PL	l-e-s		o-s	n-o-s
REFL	SG	s-e		t-e	m-e
	PL			o-s	n-o-s

Como mostrado em (4), muitos dos clíticos são multiplamente ambíguos. Na verdade, de todas as células que compõem (4), somente as formas acusativas de 3ª pessoa contêm as quatro formas foneticamente distintas para gênero e número.

Antes de descrever o nosso tratamento para essas ambiguidades, gostaríamos de chamar a atenção para uma inovação introduzida por Harris – que nós implementamos em (4). Em um rompimento radical com tratamentos anteriores dos clíticos pronominais, Harris atribui aos clíticos – que pertencem à categoria dos determinantes – a mesma estrutura interna que a nomes comuns e adjetivos. No espanhol, essas categorias têm uma estrutura de constituintes tripartite, ilustrada pelas formas elencadas em (5): cada nome consiste de um radical*, seguido por um afixo temático que, por sua vez, é seguido por um afixo de número. Como mostrado em (5), o afixo de número (assim como qualquer outro nó) pode ser realizado foneticamente como Ø.

(5) Radical / Afixo temático / Número

(a) padr	-e	-s	(‘pais’) – masculino
(b) madr	-e	Ø	(‘mãe’) – feminino
(c) poet	-a	Ø	(‘poeta’) – masculino

* Na verdade, o termo empregado pelos autores é *stem* (‘base’). No entanto, diferentemente do inglês em que as unidades “base” e “radical” normalmente se sobrepõem – dada a ausência de vogal temática nessa língua –, nós optamos por marcar essa diferença em português, reservando o termo “base” apenas para fazer referência ao radical quando seguido de uma vogal temática (isto é, ao *tema*). [N. T.]

(d) pal	-a	Ø	(‘pá’) – feminino
(e) pal	-o	-s	(‘pau’) – masculino

A escolha do afixo temático é uma propriedade idiossincrática do radical. Seguindo Harris, nós consideramos que nomes que tomam /e/ como seu afixo temático pertencem à Classe III; nomes com o afixo temático /a/ pertencem à Classe II, e nomes com o afixo temático /o/, à Classe I, que é a classe default. Portanto, nós postulamos que os IVs em (6) são os Itens que competem pela inserção no morfema temático.

(6)	Afixo temático		
/e/ ↔			no contexto regido por [CLASSE III]
/a/ ↔	—		no contexto regido por [CLASSE II]
/o/ ↔	—		no contexto regido por []

Adicionalmente, nós assumimos que nomes como *padre* (‘pai’) e *madre* (‘mãe’) incluem em sua entrada de Vocabulário a informação de que pertencem à Classe III, em adição às informações sobre gênero, animacidade e outras propriedades morfossemânticas. A informação de Classe III não é previsível a partir de outras propriedades desses itens. Nomes que pertencem às Classes I e II diferem daqueles que pertencem à Classe III na medida em que sua informação temática é normalmente previsível a partir do gênero. Portanto, a informação de classe temática não está incluída nas entradas da maioria dos nomes (já que a maioria dos nomes pertence às Classes I e II). A informação de classe temática deve, no entanto, ser incluída para alguns nomes da Classe II, tais como aqueles em (5c) – *poeta* (‘poeta’) –, porque, do contrário, o seu gênero masculino levaria à previsão de que ele pertence à Classe I, e não à Classe II.

Por contraste, (5d) *pala* (‘pá’) e (5e) *palo* (‘pau’) não têm nenhuma informação inerente sobre a classe temática*. Consequentemente, o afixo temático default /o/ seria inserido – de acordo com (6) – ao lado desses radicais se nada mais fosse dito. Isso evidentemente não gera o resultado correto para (5d) *pala*. Para obter a inserção apropriada para nomes como *pala*, nós postulamos a regra de redundância em (7), que fornece a informação de classe temática para os nomes de gênero feminino após a inserção de Vocabulário dos radicais nominais.

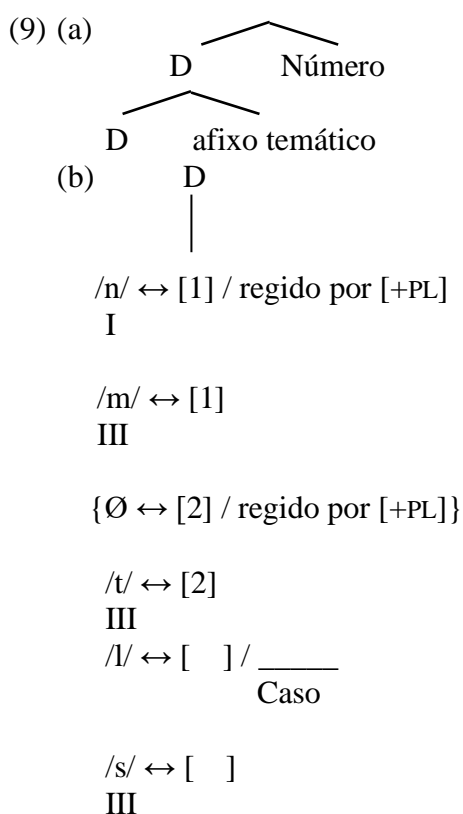
(7) [] → [CLASSE II] / _____
[+FEM]

Uma vez que (7) é uma regra de redundância, apenas radicais sem a especificação da classe temática estarão sujeitos a essa regra – cf. Halle (1990). Para tais radicais, a regra vai atribuir o traço de Classe II e, como consequência, o marcador temático /a/ será inserido ao lado desses radicais.

A mesma estrutura de constituintes em (5) está presente de forma transparente nos clíticos pronominais em (4). Note, em particular, que a diferença entre clíticos dativos e acusativos de 3ª pessoa é de classe temática. Os clíticos dativos são da Classe III, um fato que é formalmente implementado pela regra de redundância em (8). A regra em (8) deve se aplicar antes da regra em (7), para garantir que o traço [CLASSE II] não seja adicionado aos clíticos dativos femininos antes que a regra em (8) possa adicionar o traço [CLASSE III]. Nós acreditamos que esse ordenamento possa ser previsível com base em uma hierarquia de traços que trate traços de caso como mais específicos que traços de gênero.

$$(8) [] \rightarrow [\text{CLASSE III}] / \text{_____} \\ \text{DAT}$$

Os IVs que competem pela inserção na posição de clíticos pronominais são dados em (9). Como mostrado na árvore em (9a), nós assumimos que o nó D e o nó terminal que carrega o traço [+PL] – o de número – formam um constituinte na sintaxe. Na morfologia, como consequência de uma condição de boa formação morfológica, um afixo temático é adjungido ao nó D. Na verdade, o nó de afixo temático é adjungido a cada nó de categoria lexical no espanhol. A relação estrutural entre o nó que carrega o traço [+PL] e o nó D é preservada após a adjunção do nó temático e, assim, [+PL] pode servir como contexto para a inserção dos IVs sob o nó D, como é o caso de alguns Itens em (9).



Adicionalmente às regras de redundância em (7) e (8), que especificam traços não especificados, a morfologia também inclui regras de reajuste, que alteram traços já especificados. O empobrecimento ou apagamento de traços ilustrado em (3c) é um tipo de regra de reajuste, talvez o único tipo que manipula traços morfológicos.

O clítico de 2ª pessoa do plural *os* não é usado nos dialetos do espanhol latino-americano. Nesses dialetos, esse clítico é sistematicamente substituído pelo clítico de 3ª pessoa correspondente. Para dar conta desse fato, nós assumimos que todos os dialetos latino-americanos estão sujeitos à regra de empobrecimento em (10). Naturalmente, eles também carecem do Item de Vocabulário entre chaves em (9).

$$(10) [2] \rightarrow \emptyset / \text{regido por [+PL]}$$

Note que se nós tivéssemos simplesmente removido a entrada para a 2ª pessoa do plural em (9), sem também adicionar a regra de empobrecimento em (10), nós esperaríamos encontrar /t/ tanto no contexto de singular quanto no de plural. É apenas por

A nossa abordagem, que se vale crucialmente do empobrecimento, não pode ser facilmente substituída por uma abordagem que faz uso da distribuição de formas em um paradigma. Para ilustrar, considere o paradigma dos clíticos do espanhol latino-americano, dado em (13).

(13)

		3ª Pessoa		2ª Pessoa	1ª Pessoa
		MASC	FEM	MASC / FEM	MASC / FEM
ACC	SG	lo	la	te	me
	PL	los	las	los	nos
DAT	SG	le se / ___ Acc		te	me
	PL	les se / ___ Acc		les se / ___ Acc	nos
REFL	SG	se		te	me
	PL			se	nos

No paradigma em (13), o clítico /se/, que deveria ser o menos marcado, se manifesta como o mais marcado, com traços contextuais especiais para sua inserção. Deixando de lado essa objeção, é possível tentar tratar os fatos apresentados anteriormente com as ferramentas de uma teoria de inserção prévia da seguinte forma: poder-se-ia postular que as entradas lexicais dativas *le* e *les* estão impedidas de ocorrer antes de um clítico acusativo. Para codificar esse fato no paradigma, nós teríamos que dividir as células no paradigma em (13) de forma a incluir, como uma dimensão adicional, o contexto “antes de clítico acusativo”. Com isso, *se* vai se distribuir pelas novas células como alternativa para *le* e *les* antes do clítico acusativo. Adicionalmente, algo deve ser dito a respeito de por que *te* não preenche a lacuna para a 2ª pessoa do plural dativo quando *les* estiver impedido de ocorrer.

Embora não pareça impossível fazer com que essa análise funcione, ela depende de um passo inicial que não pode ser tomado. Como notado anteriormente, Harris mostra que os clíticos têm a estrutura de nomes comuns e adjetivos do espanhol. Portanto, não faz sentido dizer que *le* e *les* são, eles mesmos, IVs cuja distribuição pode ser apropriadamente restringida. Em vez disso, as formas são compostas: elas incluem o radical *l-*, a vogal temática *-e-* e o sufixo de número *-s* ou \emptyset . Assim, se Harris estiver correto, não há nenhum paradigma de “clíticos” sobre o qual se podem formular as generalizações necessárias para capturar os fatos do empobrecimento.

Até este momento, nós apresentamos argumentos em favor de duas propriedades dos IVs dentro da Morfologia Distribuída: inserção tardia e subespecificação. A terceira propriedade crucial da MD – estrutura sintática hierárquica por toda a derivação – foi assumida, mas ainda não explicitamente motivada. A MD afirma que os nós terminais que servem de lugar para a inserção de Vocabulário são distribuídos na gramática de acordo com princípios sintáticos, os quais fazem referência a esses nós por meio de seus rótulos de categoria. A respeito disso, nós estamos em convergência com a essência da análise de Baker, Lieber e Sproat – dentre nossos interlocutores. Em Halle & Marantz (1993), nós mostramos que alguns pressupostos plausíveis sobre a sintaxe do potawatomi levam a uma análise para os verbos dessa língua, que adota a estrutura sintática hierárquica por toda a derivação, superior à alternativa “amorfa” de Anderson.

Para ilustrar esse aspecto da Morfologia Distribuída aqui, nós abordamos alguns fatos adicionais sobre os clíticos do espanhol, que advogam fortemente em favor do

paralelismo entre a sintaxe interna e a sintaxe externa à palavra, prevista pela MD. Com relação aos dados e a alguns aspectos da análise, nós nos valem do trabalho de Minkoff (1993). No imperativo do espanhol, os clíticos pronominais seguem o verbo flexionado. O imperativo de 2ª pessoa do plural termina com o sufixo plural *-n*. Assim, nós obtemos formas tais como aquelas em (14a) e (14b). Em um dialeto do espanhol caribenho, ilustrado em (14c), os clíticos que carecem de um sufixo de plural vão se mover “para dentro” do verbo no imperativo, interpondo-se entre a flexão de imperativo e o sufixo de plural do verbo. Nós dispomos a hierarquia dessa interposição em (14d) e (14e), sendo (14d) a estrutura fornecida pela sintaxe, e (14e) a estrutura gerada pelo movimento do amálgama de clíticos para dentro do verbo. Para derivar (14e) a partir de (14d), o amálgama de clíticos – o nó D – se adjunge ao nó terminal Agr ao qual ele já está estruturalmente adjacente em (14d).

(14) (a) d- e- n= l- o- s (‘deem-nos (a alguém)’)

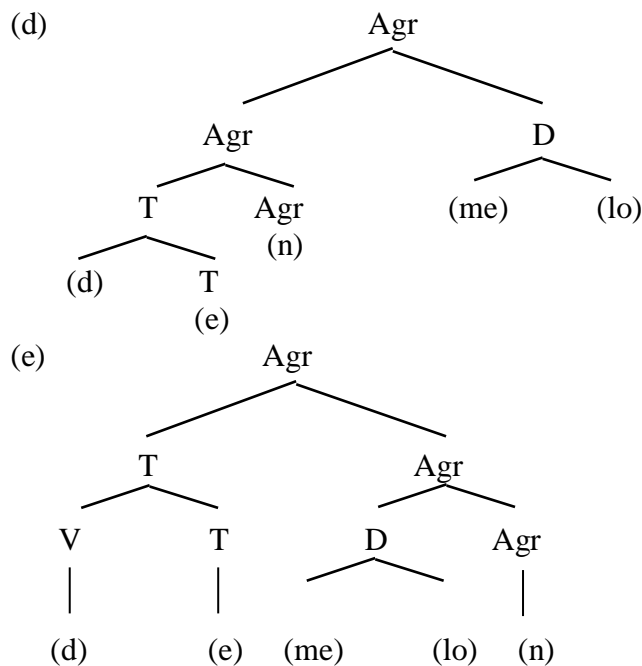
dar-IMP-2PL=3ACC-CLASSE-PL

(b) d- e- n= m- e= l- o (‘deem-no para mim’)

dar-IMP-2PL=1DAT-CLASSE=3ACC-CLASSE

(c) d-e=m-e=l-o=n (espanhol padrão)

(espanhol caribenho)



O exemplo do espanhol caribenho *pon-me-lo* (‘coloque-o para mim’) em (15) mostra que o adentramento dos clíticos no verbo não é um efeito prosódico da fonologia. Nos casos em que /n/ não é o sufixo de plural, o mesmo adentramento mostrado em (14c) não ocorre nesse dialeto.

(15) pon-me(-lo) (‘você coloca para mim’)

*po-me(-lo)-n

Esse comportamento dos clíticos pronominais e do sufixo flexional de plural já oferece um argumento contra as abordagens amorfas para a morfologia. Em uma abordagem amorfa, o sufixo *-n* não teria nenhum estatuto independente como uma unidade na gramática ou como um sufixo – um Item de Vocabulário – ou como um feixe

de traços morfológicos distinto do restante do verbo flexionado. Em vez disso, /n/ seria meramente o subproduto fonológico de uma regra morfofonológica. O argumento que advém do movimento aparente dos clíticos caribenhos não só é problemático para a morfologia amorfa, como também fornece argumentos em defesa de um tratamento sintático para a estrutura morfológica. O tratamento sintático é requerido, porque a interposição dos clíticos entre o radical e o *-n* de plural das formas imperativas segue as mesmas restrições que o alocamento dos clíticos sintáticos de segunda posição. Formalmente, nós analisamos o movimento do amálgama de clíticos entre (14d) e (14e) como a concatenação desse amálgama com um nó terminal de plural adjacente, à sua esquerda. A concatenação sob adjacência adjunge o clítico ao nó de plural antes da inserção de Vocabulário. Uma vez que concatenação é adjunção, a relação de regência entre o verbo e o nó de plural é preservada sob concatenação, e o Item de Vocabulário de plural apropriado para um verbo na 2ª pessoa do imperativo pode ser escolhido no contexto do verbo na 2ª pessoa do imperativo, isto é, no contexto em que o nó de plural é “regido” pela concordância de 2ª pessoa.

Note que o posicionamento dos clíticos pronominais é guiado pela necessidade de os nós terminais que carregam traços de pessoa e caso aparecerem à esquerda do nó terminal que carrega o traço de plural. O movimento para dentro do verbo do(s) clítico(s) que cerca(m) o sufixo de imperativo plural recria a ordem comum dos afixos em palavras flexionadas, com o sufixo de plural à direita dos outros complexos de traços. Como ilustrado em (16), esse movimento não ocorre quando é o clítico que é plural e, portanto, quando seus traços de pessoa e caso já estão à esquerda de um nó terminal com um traço de plural.

- (16) (a) d-e-n- l- o- s *de-lo-n-s *de-los-n
 (b) d-e-n- n-o-s *de-no-n-s *de-nos-n
 (d-e-n- n-o-l-o-s *den-nos-lo *de-nos-lo-n)

Marantz (1988, 1989) argumenta que uma abordagem de “concatenação” de clíticos de segunda posição explica por que eles obedecem à restrição “de perifericidade”, isto é, por que eles se movem para a 2ª posição somente nas bordas dos domínios relevantes. Os clíticos pronominais do espanhol obedecem exatamente a essa restrição de perifericidade. Primeiramente, os exemplos em (16) mostram que um clítico à esquerda de um nó de plural não vai se concatenar com um nó de plural à esquerda do clítico. Em segundo lugar, considere uma sequência de *me* e *los*, dada em (17).

- (17) d-e-n- m-e- l-o-s *de-me-n-los

O nó terminal em que /m(e)/ será inserido poderia satisfazer sua exigência de aparecer à esquerda de um nó terminal com traço de número concatenando-se com o nó de plural do verbo, gerando a forma incorreta **de-me-n-los*. No entanto, /m(e)/ está impedido de sofrer essa concatenação nesse contexto, uma vez que ele não se encontra na periferia direita do domínio relevante; ao contrário, ele se encontra à esquerda do clítico de acusativo plural – onde /l/ será inserido. Essa é exatamente a mesma restrição de perifericidade que é evidente nos clíticos frasais de segunda posição e que evidencia que a interação dos nós terminais dentro das palavras obedece aos mesmos princípios sintáticos que a interação dos constituintes nas sentenças. De outra perspectiva, Hyman (1991) e Hyman & Mchombo (1992) advogam em favor de um tipo similar de movimento de morfemas afixais que envolvem morfemas derivacionais nas línguas bantas.

O comportamento dos clíticos pronominais no espanhol caribenho também fornece um último argumento contra uma abordagem paradigmática para a morfologia. Em geral, as interações que estão no limite entre estrutura de palavras e estrutura sintática revelam que as decisões acerca daquilo que pertence a um paradigma e daquilo que não pertence são arbitrárias e pouco esclarecedoras. Os paradigmas dos verbos flexionados do espanhol deveriam incluir todas as combinações de clíticos pronominais que podem aparecer em tais verbos? Tais paradigmas não dariam conta de capturar a observação de que a distribuição do material morfológico no verbo do espanhol é consequência da interação entre a sintaxe interna e a sintaxe externa à palavra.

REFERÊNCIAS

- BAKER, Mark. **Incorporation**. Chicago: University of Chicago, 1988.
- BONET, Eulalia. **Morphology after Syntax**: pronominal clitics in Romance languages. PhD Dissertation, MIT, 1991.
- HALLE, Morris. An approach to morphology. In: NORTH EAST LINGUISTIC SOCIETY, 20, 1990, Amherst. **Proceedings...** Amherst, 1990. p. 150-184.
- _____; MARANTZ, Alec. **A Morfologia Distribuída e as peças da flexão**. Curitiba: UFPR, 2020 [1993].
- HARRIS, James. The morphology of Spanish clitics. In: CAMPOS, Héctor; KEMPCHINSKY, Paula (Ed.). **Evolution and revolution in linguistic theory**: essays in honor of Carlos Otero. Washington, D.C.: Georgetown University. 1995. p. 168–197.
- MINKOFF, Seth. Plurality, clitics, and morphological merger in Caribbean Spanish. In: STUDENT CONFERENCE IN LINGUISTICS, 5, 1993, Washington. **Proceedings...** Amherst, 1993. p. 177-192.
- HYMAN, Larry. Cyclic phonology and morphology in Cibemba. In: COLE, Jermaine (Ed.). **Features and domains**. Stanford: CSLI, 1991.
- _____; MCHOMBO, Sam. Morphotactic constraints in the Chichewa verb stem. In: BERKLEY LINGUISTICS SOCIETY, 18, 1992, Berkley. **Proceedings...** Berkley, 1992, p. 350-364.
- MARANTZ, Alec. Clitics, morphological merger, and the mapping to phonological structure. In: HAMMOND, Michael; NOONAN, Michael. (Ed.) **Theoretical morphology**. San Diego: Academic, 1988. p. 253-270.
- _____. Clitics and phrase structure. In: BALTIN, Mark; KROCH, Anthony (Ed.) **Alternative conceptions of phrase structure**. Chicago: University of Chicago, 1989. p. 99-116.
- PINKER, Steven. **Language learnability and language development**. Cambridge: Harvard University, 1984.